

A AGRICULTURA EM SÃO PAULO

BOLETIM DA SUB-DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

Sumário:

Instituto Brasileiro de Café	1
Organismo de Liquidação de Negócios a Termo	4
Situação da Lavoura	7
Estimativa de Safra	10
Aspectos da Cultura de Milho	12
Mercados e Preços	18
Preços no Interior	20
Situação da Pecuária.....	21
Exportação e Importação pelo Porto de Santos	23/25

ANO III Nº 1
JANEIRO DE 1953

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL
DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL
SECRETARIA DA AGRICULTURA
ESTADO DE SÃO PAULO

A AGRICULTURA EM SÃO PAULO
Boletim da Subdivisão de Economia Rural
Rua Anchieta, 41 - 6º andar , Caixa Postal, 8083

SUBDIVISÃO DE ECONOMIA RURAL
Chefe: Engº Agrº Ruy Miller Paiva

S E C C Õ E S

Política da Produção Agrícola

Engº Agrº Ruy Miller Paiva (chefe)
Engº Agrº Salomão Schattan
Engº Agrº Milton N. Camargo

Organização e Administração Rural

Engº Agrº O.J.T. Etori (chefe)
Engº Agrº F.S. Gomes Jr.
Engº Agrº Adolpho Kauffmann
Engº Agrº Odilon Nogueira

Mercados e Preços

Engº Agrº Rubens A. Dias (chefe)
Engº Agrº Constantino C. Fraga
Engº Agrº Raul Tacla
Engº Agrº Wilson Dantas

Previsão de Safras e Cadastro

Engº Agrº Mario Zaroni (chefe)
Engº Agrº Oswaldo B. Costa

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

Diretor: Engº Agrº Mario D. Homem de Mello

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Diretor Geral: Engº Agrº Ismar Ramos

SECRETARIA DA AGRICULTURA

São Paulo

Impresso na Diretoria de
Publicidade Agrícola

Brasil

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Nos últimos dias de dezembro do ano próximo findo, foi sancionada a lei que cria o Instituto Brasileiro do Café, com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território do País.

O café conta assim novamente, com um órgão permanente e diretor da sua política econômica.

A nosso ver, a lei em questão continuou eivada do mesmo e grave erro apontado em nosso boletim nº 1 de abril de 1951, quando foi objeto de exame o projeto referente a criação do Instituto Brasileiro do Café.

Com efeito, nessa ocasião davamos grande ênfase à limitação das atribuições do novo órgão quanto ao mercado do café, a fim de afastar as possibilidades de adoção de medidas que visassem direta ou indiretamente a valorização artificial do produto.

Propugnávamos a inserção no instrumento legal de cláusulas que, de modo explícito condicionassem a interferência no mercado ao objetivo de "defender os preços contra as flutuações da oferta". Dessa forma, ficaria perfeitamente delimitado o campo de ação do Instituto na parte concernente à política de preços do café e ao mesmo tempo contaria-se com ponto de referência para caracterizar como ilegais as medidas economicamente pouco defensáveis.

Ora, pela leitura da lei que criou o Instituto Brasileiro do Café depreende-se que suas atribuições são suficientemente amplas, possibilitando, inclusive, a adoção de política que signifique a valorização do produto. É bem verdade que transparece nos dispositivos da lei, o espírito de uma defesa justa dos preços, contra as flutuações da oferta. Entretanto, como não é mencionada explicitamente tal condição, não se faz alusão a medidas que conduzam praticamente a este resultado, é lícito inferir-se que não existem limitações de ordem legal no novo órgão, que o impeça de enveredar por caminhos como o citado, perigosos à economia cafeeira.

Este, constitui em nossa opinião, o maior e talvez o único defeito grave existente na lei que deu origem ao Instituto Brasileiro do Café.

A seguir, exporemos, de maneira muito sucinta o sistema administrativo do organismo recém-criado. O I.B.C. será administrado por dois órgãos: a Junta Administrativa e a Diretoria. O órgão máximo da administração será a Junta Administrativa que será composta da seguinte forma:

- a) Por um delegado especial do Governo Federal que será o presidente da Junta;

- b) por representantes da lavoura cafeeira. Estes representantes serão eleitos pelos cafeicultores e seu número será fixado de acordo com o seguinte critério. Os Estados com produção mínima exportável de 200 mil sacas anuais, indicarão um representante. Os Estados de maior produção, fornecerão um representante para cada milhão de sacas exportáveis ou fração superior a 500 mil sacas, até o máximo de 10 representantes por Estado. O número desses representantes será determinado pelo Ministro da Fazenda, 30 dias antes das eleições, baseando-se na produção exportável média, dos últimos cinco anos agrícolas (*)
- c) por cinco representantes dos Governos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, cabendo a cada Estado a indicação de um;
- d) por dois representantes designados em conjunto pelos estados de Pernambuco, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Mato Grosso;
- e) por cinco representantes do comércio do café, cabendo a cada uma das praças de Santos, Paranaguá, Rio de Janeiro e Vitória a designação de um e as demais praças a indicação do último restante.

A Junta Administrativa, que de acordo com nossos cálculos deverá contar com 30 membros, será provavelmente empossada em junho de 1953, pois a lei estipula que dentro de 90 dias a contar da sua aprovação

(*) De acordo com nossos cálculos preliminares, será o seguinte o número de representantes fornecidos pelos Estados:

<u>ESTADOS</u>	Média anual exportada nos últimos 5 anos agrícolas 1946/47 a 1950/52, correspondente as safras comerciais de 1947/48 a 1951/52.	Número de representantes.
São Paulo	7.888.120	8
Minas Gerais	2.900.860	3
Paraná	2.524.320	3
Espírito Santo	1.803.080	2
Rio de Janeiro	342.620	1

As Cifras acima estão sujeitas a retificações. Foi excluído o ano agrícola de 1951/52, correspondente à safra comercial 1952/53, uma vez que sua exportação acha-se ainda em curso, devendo terminar em 30 de junho de 1953.

ção, o Poder Executivo expedirá as necessárias instruções para a realização, dentro de igual prazo, das eleições dos representantes da lavoura cafeeira. Terá a duração de quatro anos, o mandato dos membros da Junta Administrativa.

O outro órgão administrativo do Instituto Brasileiro do Café é a Diretoria que será composta de cinco membros, todos eles nomeados pelo presidente da República. Dentre esses membros, 3 no mínimo serão obrigatoriamente lavradores de café, a serem escolhidos de uma relação quintupla apresentada ao presidente da República pelos representantes da cafeicultura na Junta Administrativa. As pessoas diretamente ligadas ao comércio do café, são incompatíveis para o cargo de membros da Diretoria. A lei não menciona o prazo de vigência da Diretoria. O presidente da Diretoria será um dos diretores, designado pelo presidente da República.

Enquanto não estiver constituída a Junta Administrativa, a primeira Diretoria, composta de 3 membros, exercerá os poderes daquelas:

Dessa sumária exposição, infere-se que, aos cafeicultores foi reservado papel preponderante na administração do I.B.C. Com efeito, terão eles, maioria de votos na Junta Administrativa, o mesmo se dando quanto à Diretoria cuja presidência lhes é privativa.

A lei estabelece ainda, outras importantes determinações, das quais podemos citar:

- 1) As deliberações da Junta Administrativa poderão ser vetadas pelo delegado do Governo Federal ou qualquer dos representantes do comércio estadual, mediante fundamentada exposição ao Ministro da Fazenda que a submeterá a apreciação do Presidente da República. Este terá o prazo de 30 dias para se manifestar sobre o assunto, mantendo no todo ou em parte a deliberação da Junta ou, submetendo-a à reconsideração desta. A não manifestação dentro do prazo citado, implica na aprovação da deliberação tomada pela Junta.
- 2) O patrimônio do I.B.C. será constituído por todo o acervo do extinto D.N.C.
- 3) Para o custeio dos serviços a seu cargo o I.B.C. contará, além da renda do seu patrimônio com o produto de uma taxa de Cr. \$ 10,00 por saca de 60 quilos de café.
- 4) Os representantes do Brasil nos órgãos ligados à economia cafeeira no estrangeiro (caso por exemplo, do Bureau Pan-Americano do Café) serão nomeados pelo Presidente da República. Tais representantes deverão entretanto enviar relatórios mensais à Junta Administrativa, bem como comparecer perante ela, pelo menos uma vez ao ano a fim de apresentar relatório escrito ou verbal de suas atividades.

OS ORGANISMOS DE LIQUIDAÇÃO DE NEGÓCIOS A TERMO

4

Semio conhecida a divergência surgida entre a Bolsa de Mercadorias de São Paulo e a Caixa de Liquidação de Santos S/A, tentaremos expor aqui, de maneira geral e esquemática, o mecanismo dos sistemas de liquidação de negócios a termo, bem como apontar as diferenças no funcionamento da "Caixa" e do novo sistema criado pela "Bolsa" e denominado "Sistema Paulista de Compensação de Negócios a Termo S/A".

Como se sabe, junto a todas as bolsas que possuem mercado a termo, existem as instituições de compensação ou liquidação desse tipo de transação. Constituem elas a espinha dorsal do mercado a termo. Suas origens se prendem a liquidação por diferença, desses negócios. Com efeito, neste tipo de transação somente uma porcentagem mínima das operações é liquidada com a entrega efetiva da mercadoria. A quase totalidade das operações (nos E.U.U. mais de 99 %) são liquidadas por diferença, isto é, uma compra é anulada por uma venda de igual volume, procedendo-se ao ajuste da diferença de preços existente. Assim, um operador que tenha comprado, por um preço "x" uma determinada quantidade de mercadoria, para recebê-la, digamos daí há três meses, quando se aproxima a época de efetivar a compra, ele "liquida" a operação vendendo igual quantidade de mercadoria por um preço "y". Seu ganho ou sua perda dependerá da diferença entre os preços de compra e venda. No exemplo citado, as duas operações podem ser feitas quase simultaneamente. Essa "liquidação" é feita através dos sistemas de liquidação ou "Clearing" como são conhecidos nos E.U.U. Seu mecanismo é muito semelhante aodas câmaras de compensação bancária, o qual se assenta no princípio conhecido por "circulo" ou "ligação em cadeia". Assim, se "A" deve a quantia "x" para "B" o qual tem o mesmo débito com "C" e este por sua vez deve igual importância para "A", o resultado desta operação triangular é evidentemente nulo e não será preciso praticar as três transações. Com os bancos acontece que, ao fim do período de trabalho, cada um desses estabelecimentos fica de posse de papéis de crédito e de débito contra um ou mais bancos, os quais, por sua vez estão na mesma situação, isto é, tendo débitos e haveres contra os outros. Na câmara de compensação, cada banco "liquida sua posição" pagando apenas a diferença a mais de seu débito em relação ao crédito ou vice-versa, recebendo apenas o excesso de seu crédito sobre o débito.

Com os organismos de liquidação das bolsas, passa-se coisa muito parecida. Para facilidade de exposição, vamos descrever sucintamente o mecanismo sobre o qual se baseou o "Sistema Paulista de Compensação de Negócios a Termo S/A" ou seja o "Clearing" norte americano. Neste sistema, todos os negócios a termo realizados na

bolsa, são obrigatoriamente registrados no "Clearing" por intermédio dos seus membros (sócios). No sistema paulista, os membros são sempre corretores. Os corretores não membros registram os negócios por eles efetuados, por intermédio dos corretores membros.

Como muitos não ignoram, os negócios realizados nas bolsas são feitos exclusivamente através dos corretores. Ao fim do dia, cada corretor efetuou uma série de transações, por ordem de um ou mais operador (fregues). Terão então, de ir ao organismo de liquidação (os corretores-membros, pois os demais transferiram essa atribuição aqueles) a fim de ajustar sua posição. O ajuste diário da posição é feito em linhas gerais da seguinte forma:-

Para garantir a boa execução dos negócios, o sistema exige dos seus membros um depósito inicial pelo registro de cada contrato (a cada contrato corresponde uma determinada quantidade de mercado-ria, comprada ou vendida). Além desse depósito inicial, o sistema utiliza do mecanismo das "margens". As margens são quantias que o sistema exige dos membros, ou a eles devolve, segundo as cotações do produto se movem em sentido contrario ou favoravel ao preço pelo qual foi registrada a transação.

Assim, se foi feito o registro duma venda ao preço "x" e, se, no dia imediato, o produto é cotado a "x + a" o sistema exigirá do representante da parte vendedora, uma margem correspondente a "a", pois, se assim não fizer, poderá ocorrer o caso da parte vendedora "roer a corda" a fim de alcançar melhor preço pelo produto. No exemplo citado, se a cotação do produto cair para "x - b" a parte vendedora terá direito de receber do sistema a margem correspondente a "b", uma vez que o remanescente é bastante para garantir a transação.

Como já dissemos, o sistema tem contacto unicamente com os membros corretores, cobrando ou pagando a eles, a quantia a que tem direito ou que deve, conforme o caso. Por sua vez, estes corretores exigem dos operadores ou a eles devolvem, a soma que estes devem ou que tem a receber em virtude das flutuações havidas na cotação do produto. Os membros do sistema atuam pois como intermediarios entre os negociantes (operadores) e o sistema.

No ajuste diário das posições, cada membro do sistema apresenta a este uma relação dos negócios efetuados durante o dia, bem como a posição do dia anterior. Nessa relação, é evidente que aparecem quase sempre, alguns contratos comprados e outros vendidos quer para um ou para mais fregueses. O mesmo se passa com a posição do dia anterior, onde provavelmente constam contratos comprados e vendidos.

Os negócios efetuados no dia, são juntados à posição do dia anterior numa única relação. De acordo com a cotação afixada no fechamento do pregão, quase sempre acontece que, por alguns desses contratos, o membro terá que depositar margens e por outros, terá direito de reaver margens. Junto ao sistema, o membro efetua então o balanço da sua posição, calculando a diferença existente entre o que deve ao sistema e o que tem a receber dele. É o ajuste diário da posição do membro em relação ao sistema. Da mesma maneira que os bancos, cada membro paga apenas a diferença a mais do seu débito em relação ao credito, ou, recebe o excesso de seu credito sobre o débi-

to. No dia seguinte, repete-se o processo descrito. Os depósitos iniciais de que falamos, não são recolhidos ao sistema, mas sim, depositados em bancos e postos a ordem daquele organismo. Quando a transação é liquidada, seja por uma operação contrária como se dá na maioria das vezes, seja pela entrega efetiva da mercadoria, o depósito inicial é posto novamente a ordem do operador.

Como cada venda implica numa operação contrária e igual de compra, segue-se que o sistema nada perdeu nem ganhou (salvo o ganho proveniente das taxas para efetuar o registro e outras receitas) pois a soma que recebeu de todos os membros em débito é idêntica a que deve entregar aos credores, isto é, aqueles que nesse dia têm saldo com o sistema. Sendo obrigatório o registro no sistema, de todas as transações e responsabilizando-se ele pela últimação dos negócios, infere-se que o mesmo se transforma no comprador único de todos os vendedores e no único vendedor para todos os compradores. Este é o princípio básico do seu funcionamento. Os negócios são assim facilitados, pois os corretores não precisarão fazer ajustes com os colegas e com os operadores, o que dificultaria extremamente as operações. Além das facilidades que o organismo de liquidação proporciona para a efetivação dos negócios, oferece ele muito maiores garantias como único vendedor e comprador do que apenas a parte contrária.

Isto é evidente pois, numa simples transação o vendedor é responsável pela venda efetuada e o comprador, pela resolução de compra. Se o primeiro, entretanto, foi obrigado a registrar sua venda no sistema que passa a ser seu verdadeiro comprador e o segundo obriga-se a receber do sistema que por conseguinte, transforma-se no vendedor efetivo, este organismo receberá duas operações contrárias, correndo muito menor risco e oferecendo garantias incomparavelmente maiores.

Procuramos aqui sintetizar os princípios e métodos do funcionamento dos "Clearing" norte americanos que servem de modelo para a organização do "Sistema Paulista de Compensação de Negócios a Termo S/A".

De indústria abstivemo-nos de fazer referência aos inúmeros detalhes que participam das operações, por julgarmos que isso não invalida a exposição geral que fizemos e que, tais detalhes concorreriam apenas para dificultar a compreensão do assunto. Quanto a "Caixa de Liquidação de Santos S/A" o seu sistema obedece ao mesmo princípio, isto é, coloca-se como único comprador de todos os contratos vendidos e de vendedor exclusivo de todos os contratos comprados.

Seu funcionamento, entretanto, é um pouco diverso. Aqui, todos os corretores podem efetuar o registro dos negócios por eles realizados. Ademais, uma vez realizado o registro, o negócio passa a ser feito diretamente entre a "Caixa" e o operador, cessando a responsabilidade do corretor. As retiradas e depósitos de margens são assim realizadas entre o operador e a "Caixa", não havendo o ajuste diário de posição, que descrevemos. Os depósitos iniciais não ficam retidos nos bancos, mas são entregues a "Caixa" que os devolve ao operador, uma vez ultimada a transação. São essas, a nosso ver, as principais diferenças existentes no método de atuação dos dois sistemas. Outras diferenças de monta existem na atuação das duas entidades, mas decorrentes mais das disposições estatutárias e das relações com a Bolsa de Mercadorias, do que propriamente do seu mecanismo.

A SITUAÇÃO DA LAVOURA

O tempo: As chuvas ocorridas durante o mês, além de serem poucas, foram pesadas e mal distribuídas. A temperatura manteve-se bastante elevada. Em consequência desses fenômenos climáticos o mês de dezembro foi de um modo geral desfavorável para a lavoura do Estado. As regiões agrícolas de Piracicaba, Tietê, Leme, Presidente Prudente, Capão Bonito, São José dos Campos, Guaratinguetá e Cunha foram as mais afetadas com a queda de granizo verificada durante o mês.

Café: A lavoura apresenta-se com bom aspecto, enfolhada, prevendo-se porém ligeira quebra de produção, em virtude da seca que se fez sentir em todo o Estado, prejudicando a granação e determinando a queda dos chumbinhos. Os tratos culturais, entretanto, foram facilitados, devido ao fraco desenvolvimento das ervas daninhas.

O ataque de pragas, no geral, não teve a importância dos outros anos. O "ticho mineiro", mesmo favorecido pelas condições climáticas, não chegou a causar apreensão, posto que foi controlado pelos polvilhamentos feitos. Em algumas regiões prosseguiu o combate as cochonilhas. A broca, em Palmítal, causou serios danos e os lavradores decidiram fazer a coroação somente em talhões que possibilitem colheitas econômicas. Ocorreram ataques isolados de caramujos; em Dracena, os grilos causaram prejuízos nas lavouras em formação.

O granizo danificou seriamente inúmeras plantações em Bragança, Joanópolis, Ribeirão Preto e Itirapua.

Alguns lavradores, desanimados com a baixa produção de suas lavouras, estão promovendo sua substituição por outras atividades mais rendosas. Em Andradina, os cafeeiros estão cedendo lugar as pastagens; em Jaboticabal, o arrancamento se processa paulatinamente. Continua a prática pouco recomendável das culturas intercalares, a despeito das campanhas que visam impedi-las.

Há, porém, inúmeros casos de restauração, com resultados promissores. A formação de lavouras novas é intensa e o número de viveiristas cresce, para atender aos pedidos de mudas. Nas regiões de Lavantes e Ipaçu, vão ser instalados sistemas de irrigação permanente na região de Olimpia, cinco novas propriedades contaram brevemente com esse melhoramento.

Está tomando novo rumo a questão da adubação orgânica, pois os lavradores agora voltam suas vistas para o esterco de galinha, favorecendo o desenvolvimento e instalação de novas granjas avícolas.

Algodão: As lavouras semeadas em outubro resistiram bem à seca. Nas principais zonas algodoeiras, as sementes lançadas em novembro tiveram sua germinação prejudicada pela falta de umidade e a planta tornou-se necessária. Contudo, ressalvando os efeitos ruinosos

dos da falta de chuvas, o aspecto das culturas é bom e elas se acham no limpo.

Houve queda de granizo, causando algum prejuízo nas regiões de Catanduva, Taquaritinga, Uchoá, Marília, Gália, Dracena, Pompeia, Piracicaba, Tietê, Sertãozinho, Nova Granada e Ribeirão Preto.

Em quase todo o Estado, o pulgão foi a praga que atacou mais intensamente, sendo porém controlado. Em Andradina e Barretos, a lagarta das maçãs atacou intensamente. Nas regiões de Araraquara, Santa Cruz do Rio Pardo e Getulina, foi constatada a presença de vaquinhas e percevejos. Em Barretos, a broca da raiz causou algum prejuízo e em Marília, Leme, Porto Ferreira, Pompeia e Rio Claro, houve incidência do mosaico e antracnose.

Algumas empresas particulares estão desenvolvendo forte campanha em favor da aplicação de inseticidas líquidos a baixo volume.

Milho: Esta cultura sofreu bastante com a seca, principalmente as plantações que se achavam no período de florescimento, ocasião em que as chuvas são indispensáveis. As replantas são numerosas. A semeadura prolongar-se-a até o corrente mês com variedades de ciclo curto (cateto e híbrido). A venda de sementes, que estava praticamente encerrada, foi reiniciada em diversos pontos. O tempo favoreceu a realização dos tratamentos culturais (capinas) estando as lavouras praticamente no limpo.

Em diversos setores do Estado como Araraquara, Baurú, Campinas, Jau e Pirassununga registrou-se o ataque da "lagarta dos capinzais".

Com as precipitações dos últimos dias do mês, as plantas reagiram, evitando maiores prejuízos na futura safra.

Arroz: As precipitações escassas e mal distribuídas e o sol castigante não favoreceram o bom desenvolvimento desta gramínea. Em alguns municípios como Penapolis houve perda por falta de germinação. A semeadura está praticamente terminada. O desenvolvimento não se apresenta muito satisfatório e prevê-se uma quebra na produção. Em diversos municípios os arrozais foram atacados pela lagarta favorecida pela falta de umidade.

As chuvas caídas na 3a. década do mês contribuíram para a redução nos prejuízos.

Feijão das águas: As culturas que tiveram a fase da floração coincidente com o período de falta de chuva foram grandemente prejudicadas. O feijão plantado em setembro pouco ou nada sofreu e sua colheita foi iniciada. As lavouras são, em sua maioria intercalares; as culturas exclusivas têm, geralmente, pequena área.

Bacatinha: O estado geral desta cultura é bom. A colheita está se processando normalmente, facilitada pelos dias secos. O rendimento tem sido relativamente bom. Em São João da Boa Vista e Ja-

carei a média foi de mais ou menos 500 sacos por alqueire.

Como era esperado, o preço pago ao produtor baixou sensivelmente; de Cr. 261,50 em novembro, caiu para Cr. 195,00 no mês atual.

Mandioca: Plantio praticamente concluído. A germinação e o desenvolvimento das plantas foram satisfatórios. Possivelmente, a maior parte da produção será destinada a fins industriais; parte será empregada na alimentação de gado leiteiro e porcos e a restante destina-se ao consumo doméstico.

--*-*-*-*-*

continuação da pg. 19

Banana: Novo acôrdo com a Argentina. - Dependendo ainda do ajuste de pequenos detalhes, acha-se em vias de conclusão, um novo acôrdo comercial sôbre a banana entre o nosso país e a vizinha República. A manutenção do mercado argentino é de interesse vital para essa cultura uma vez que para êle se destina normalmente, mais de 3/4 das nossas exportações totais de banana.

Pelo novo acôrdo, que terá duração de quatro anos, a Argentina se comprometeria a importar anualmente 8.400.000 cachos, ao preço de 18 pesos por cacho. Este preço representa cerca de Cr. \$ 14,00 por cacho, a taxa de Cr. \$ 2,44 por peso. Fica dêsse modo assegurado o escoamento médio mensal de 700.000 cachos para a República Platina. Essa cota é sensivelmente superior à média mensal que exportamos nos últimos cinco anos para aquele destino (cerca de 460.000 cachos) e maior também que a quantidade prevista no acôrdo anterior (11 milhões em 18 meses ou aproximadamente 611.000 cachos mensais) porém, menor que a média mensal efetivamente exportada durante 1.952.

Parece portanto que, em princípio, êste acôrdo será grande mente benéfico à bananicultura paulista.

--*-*-*-*-*

continuação da pag. 2^o
seus rebanhos.

Em Itapeva tem-se feito, sistematicamente, vacinações contra a "hog colera", sendo que o Instituto Biologico mantém um vacinador naquela região.

Cotação: (Fornecida pelo Sindicato da Indústria do Frio)
Preço de compra até 15/1/955 - posto Frigorífico

Frigorífico Armour S/A
Suino gordo média de
80 kg..... Cr. 190,00
a 195,00 p/arroba

Frigorífico Wilson do Brasil S/A
Suino gordo média de
80 kg Cr. 230,00
p/arroba

O Frigorífico Armour S/A pagou Cr. 20,00 a mais em relação ao mês anterior, enquanto que a cotação do Frigorífico Wilson S/A superou de Cr. 30,00 a do mês de dezembro pp.

--*-*-*-*-*

ESTIMATIVA DE SAFRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

1952/1953

2ª PREVISÃO

S E T O R E S Safrs: 1952/53	Nº de municípios que compõem o setor	C A F É		A L G O D ã O		A R R O Z (Seca)		M I L H O		F E I J ã O (alvas)	
		Nº de mil pas	Secs. 60 Kg benef.	Área (algs.)	Arrobas em caroco	Área (algs.)	Secs. 50 Kgs.	Área (algs.)	Secs. 60 Kgs.	Área (algs.)	Secs. (60 Kgs.)
Araçatuba	16	84.000	546.000	53.100	6.372.000	17.550	1.000.350	26.750	1.245.000	2.680	107.200
Araraquara	12	58.220	316.500	4.020	469.800	7.160	400.700	10.520	552.000	980	35.200
Avaré	24	95.135	1.049.000	4.791	520.365	19.112	685.950	38.372	1.760.880	3.437	92.860
Bauri	18	154.415	1.319.400	9.170	1.123.500	5.450	304.400	18.100	1.037.600	2.510	69.700
Bebedouro	16	59.878	285.102	12.497	1.635.400	23.545	1.427.860	22.332	1.391.980	1.835	43.500
Bragança Paulista	15	33.310	134.270	543	52.100	1.640	95.720	13.120	528.500	1.230	42.950
Campinas	17	25.705	145.391	7.378	885.820	7.200	397.000	23.150	1.262.500	1.271	44.300
Capital	34	615	3.536	864	62.245	3.110	201.645	12.563	561.990	1.380	52.092
Catanduva	12	68.842	387.052	6.142	577.600	10.190	580.000	11.260	556.300	1.407	42.520
Itapetininga	19	2.246	21.998	3.090	291.400	5.597	430.755	35.770	2.291.550	2.440	67.650
Jau	11	65.630	381.480	2.509	239.400	3.020	160.400	11.290	472.400	815	12.130
Marília	24	212.352	+1.542.682	67.340	7.376.500	32.362	1.534.750	23.126	1.192.800	5.774	210.510
Piracicaba	18	12.859	91.025	5.462	551.640	5.190	424.680	12.440	866.600	2.305	39.500
Pirassumunga	21	48.665	256.800	13.460	1.474.384	9.530	548.540	20.254	1.078.270	1.240	27.170
Presidente Prudente	21	40.530	398.000	140.000	15.279.000	5.360	246.350	16.190	679.100	3.820	120.100
Ribeirão Preto	31	98.979	569.796	27.974	3.096.840	30.610	1.557.760	33.530	1.828.480	9.709	143.050
S. José do R. Preto	27	91.612	502.757	43.308	4.739.970	24.408	1.278.500	21.010	1.250.265	4.488	104.595
Taubaté	33	3.626	18.350	n.e.	n.e.	7.630	517.500	8.432	450.917	1.719	53.630
TOTAIS :	369	1.156.619	7.969.139	401.648	44.747.964	218.664	11.792.860	358.209	19.007.124	49.010	1.308.867

(+): Produção correspondente somente a 149.702.000 cafeeiros em produção.

ESTIMATIVA DE SAFRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
1952/1953
2ª PREVISÃO/continuação

SETORES Safrá 1952/53	BATATA (aguas)		MANDIOCA		CANÁ DE AÇÚCAR		AMENDOIM (aguas)		MAMONA		SOJA		BANANA		UVA	
	Área (alqs)	Secs. 60 quilos	Área (alqs)	Ton.	Área (alqs)	Ton.	Área (alqs)	Secs. 25 Kgs.	Área (alqs)	Secs. 50 Kgs.	Área (alqs)	Secs. 60 Kgs.	Nºmil pés	MIL cachos	Nºmil pés	MIL Kgs.
Aracatuba.....	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	3.665	420.900	1.980	89.100	109	6.540	20	40	n.c.	n.c.
Araraquara	40	12.000	515	25.600	6.890	747.000	215	20.600	491	24.450	1	50	444	475	n.c.	n.c.
Avaré	269	56.800	970	34.230	5.086	458.900	499	54.920	878	36.740	14	600	1.214	792	38	103
Bauré	588	68.030	630	27.600	2.320	232.000	1.920	244.425	1.890	109.400	9	600	150	149	5	10
Bebedouro	11	2.200	958	29.698	4.329	476.190	617	69.790	3.194	143.500	56	3.360	42	80	n.c.	n.c.
Bragança Paulista	332	89.400	112	5.040	1.615	185.000	19	2.560	n.c.	n.c.	6	300	107	191	1.200	2.345
Caspiñas	1.108	275.650	1.310	47.160	12.115	1.421.943	263	18.600	n.c.	n.c.	35	1.650	2.185	1.836	17.530	27.812
Capital	2.210	1.131.800	558	75.570	984	90.460	7	1.095	21	840	21	992	21.569	23.476	5.279	15.445
Catanduva	72	19.060	n.c.	n.c.	2.212	247.060	987	121.860	692	36.460	3	75	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Itapetininga ...	1.348	516.500	1.502	75.100	460	71.200	28	2.100	4	160	250	9.404	159	229	28	68
Jau	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	7.870	657.500	40	3.800	3.451	139.500	31	1.395	205	280	1	12
Maria	1.162	306.900	250	6.200	1.102	152.520	25.669	3.206.020	1.000	63.200	27	1.350	350	350	40	20
Piracicaba	184	40.500	640	32.200	22.570	2.357.050	56	7.270	n.c.	n.c.	49	2.450	1.554	957	2	40
Pirassununga ..	1.435	561.600	3.275	118.400	8.000	868.900	25	3.250	n.c.	n.c.	48	1.600	n.c.	n.c.	52	45
Presidente Prudente	66	11.100	1.180	29.400	2.030	236.300	3.960	565.900	4.060	195.350	10	500	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ribeirão Preto .	86	18.500	2.042	60.685	15.070	1.814.580	204	16.600	1.368	56.130	297	14.800	255	195	25	25
S. José do R. Preto	30	11.000	380	11.400	30	4.000	140	12.750	165	10.350	39	1.285	114	343	1	3
Taubaté	58	18.120	1.145	36.555	2.610	120.550	3	200	n.c.	n.c.	3	150	2.970	2.243	n.c.	n.c.
TOTAIS 	8.999	3.139.160	15.467	614.838	95.293	10.140.253	38.317	4.772.640	19.194	905.180	1.008	47.101	31.338	31.636	24.201	45.928

Dados fornecidos pelos Agrônomos Regionais da Seção de Regiões Agrícolas.

Nota: - Menta 1.153 alqs. 209.030 quilos
Alfafa 1.850 " 22.170 toneladas.

ASPECTOS DA CULTURA DO MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Continuando a análise dos dados que serviram para a determinação dos custos de produção de café, algodão, arroz e milho e já publicados (Boletim nº 4, ano II) abordaremos agora alguns aspectos que caracterizam a cultura do milho no Estado de São Paulo.

Sistema de Exploração: Foram inquiridas 78 propriedades que cultivam milho e delas 61 faziam a cultura por conta própria e 17 pelo sistema de parceria.

Assim, 85,8% de nossa amostra era constituída de proprietários e 14,12% de arrendatários. Como se vê, a porcentagem de arrendatários na cultura de milho é bem menor do que na de algodão pois nesta a sua participação foi de 28,6%.

Práticas Agrícolas:

- a) Limpeza de terreno: Esta operação preliminar, consiste no descoivamento com enxada ou foice precedida às vezes de uma queimada. Das 78 propriedades, 53 executam essa prática, ou seja, a alta porcentagem de quase 68%. Essa operação cobriu uma área de 974,95 alqueires, área essa igual a 60% da amostra.
- b) Arações: Apenas 10 propriedades não levaram a efeito esta operação, ou porque cultivaram em terra recém-desbravada, ou porque fizeram cultura consorciada, sendo a de milho considerada subsidiária, e aproveitando o preparo da cultura principal.
- A área arada foi de 1.419,70 alqueires ou seja 91,2% da área total de nossa amostra. Apenas 6 propriedades executaram duas arações, praticando as demais apenas uma. Das 68 propriedades que executaram a aração, 12 o fizeram mecanicamente, o que dá uma porcentagem de 17,6% e cobrindo uma área de 531 alqueires.
- c) Gradeação: Esta prática não foi executada senão em 37 propriedades, portanto em 54,1% do total de propriedades que araram. Cobriu essa operação uma área de 867,75 alqueires. Somente 6 propriedades fizeram 2 gradeações.
- d) Riscoação: Operação realizada em 54 propriedades e em uma área de 1.084 alqueires. As propriedades que não fizeram a riscoação fizeram o plantio ou com plantadeira manual ou em cove com auxílio da enxada.
- e) Adubação: Insignificante foi o número de propriedades

que adubarem suas lavouras, pois, das 78 que cultivaram esse gramínea, somente 7 procederam a adubação, cobrindo uma área insignificante de $60,75$ alqueires, ou seja $4,3\%$ do total semeado. A média de adubo distribuído por alqueire valeu apenas 29 cruzeiros.

Semeaduras: Apenas 23 propriedades fizeram a semeadura mecânica em suas culturas. Dessas apenas 3 eram motomecanizadas cobrindo somente uma área de 57 alqueires. As 20 restantes fizeram com semeadeiras tiradas a animal e foram feitas em uma área de 752 alqueires. Das demais propriedades que fizeram riscação ou sejam 21, o plantio foi feito com a semeadura manual.

Replante: Esta operação foi feita em 16 propriedades.

Carpas: Das 78 propriedades, somente cinco não fizeram a capina manual. Entretanto, o número médio das carpas por cultura foi relativamente baixo não chegando a ser duas. A carpa mecânica foi executada por 54 propriedades, com uma intensidade média de 2,3 por propriedade.

Desbaste: Executada em 29 propriedades e em uma área de 629 alqueires.

Uso de Braços, Máquinas, Veículos e Animais:

Proseguindo com as análises do uso de braço, máquinas, veículos e animais, que já fizemos para o café (A Agricultura em São Paulo, ano II, nº 7) e para o algodão (ano II, nº 10), apresentaremos agora semelhante estudo para o milho, fazendo ainda as mesmas limitações da amostra, já descritas em números anteriores.

Uma análise do quadro I, mostra que o uso médio de braço, por alqueire, na cultura de milho, é consideravelmente menor que nas culturas de café e algodão. Enquanto que as primeiras exigiram 151,20 e 107,19 dias respectivamente, esta cultura utilizou apenas 44,15 dias.

Essa diferença se deve aos menores cuidados dispensados com a cultura de milho. De fato, enquanto para o algodão o número médio de carpas mecânicas e manuais foram de 3,3 e 3,4 respectivamente, para o milho foi de quase 2 e 2,3. Outra operação responsável pelo elevado uso de braço no algodão foi a colheita que necessita 32,13 dias de serviço, ao passo que a mesma operação no milho exigiu somente 8,5 dias de operação. A cultura de milho não requer comumente a pulverização sistemática, ao passo que a de algodão utiliza com essa prática quase 9 dias de camaradas.

O uso de animais também é ligeiramente inferior, ao passo que o da carroça é mais elevado na cultura do milho. Essa diferença prende-

QUADRO I

DISTRIBUIÇÃO DE DIAS DE SERVIÇO POR ALQUEIRE E POR SETOR AGRÍCOLA

<u>SETORES</u>	<u>Nº de proprie- dades.</u>	<u>Alqueires mem p/colh.</u>	<u>Dias de ho p/alq. animais</u>	<u>Dias de ho p/alq. maquina</u>	<u>Dias de carroça p/alq.</u>	<u>Dias de caminhão p/alq.</u>	<u>Dias de trator p/alq.</u>	<u>Dias de ho mem p/alq. c/colh.</u>	
Aragatuba	2	55,75	34,83	23,73	12,73	2,67	-	0,10	43,3
Araraquara	1	20,00	32,50	41,50	12,50	4,00	-	-	41,0
Avaré	14	268,20	41,83	34,14	12,14	3,46	-	0,08	50,33
Baurú	4	43,00	47,02	31,11	11,60	2,16	-	-	55,02
Bebedouro	4	323,00	23,68	13,30	5,18	0,70	-	1,23	32,18
Campinas	4	84,50	42,22	43,27	18,31	3,04	-	-	50,72
Itapetininga	6	207,00	35,61	19,62	12,30	0,84	0,19	1,36	44,11
Jau	4	68,00	22,04	7,65	3,16	0,97	-	2,16	30,94
Marília	3	59,00	62,30	35,83	24,47	1,91	-	-	70,80
Pirassununga	8	97,00	36,14	31,80	13,00	2,55	-	0,17	44,64
Pres. Prudente	12	157,75	34,88	22,40	8,33	1,65	0,05	-	43,38
Ribeirão Preto	3	95,00	16,34	24,97	10,91	1,43	0,41	0,71	24,84
São José do Rio Preto	7	79,00	34,28	39,38	13,54	2,82	0,07	0,11	42,78
Média do Estado	-	-	35,65	28,36	12,16	2,17	0,05	0,16	44,15 *

e) Calculado admitindo-se a produção média do Estado.

-sa ao fato de que grande parte do transporte do algodão ser feito diretamente das culturas para a cidade e o milho é quase obrigatoriamente levado para o paiol.

Analisando-se ainda o quadro I, no que concerne à distribuição dos dias de serviço de máquinas, homens, veículos e animais, observa-se uma variação muito grande entre os diferentes setores do Estado. O número de dias de camarada por alqueire (sem a colheita) variou de 16,34 em Ribeirão Preto até 62,30 em Marília.

Observa-se o uso do trator em 8 regiões, sendo o setor de Jaú o que mais utilizou essa máquina. Interessante notar que o referido setor foi o que menos animal usou por alqueire. Os setores que usaram o trator em suas culturas gastaram em média 30,5 dias de homens, ou seja, uma economia de 5,15 dias de serviço de camaradas por 6,74 dias de uso de trator, pois a média do estado, de dias de serviço de camarada por alqueire foi de 35,65.

Os dias de serviço de caminhão notados em 4 setores e com uma intensidade bastante pequena. Aliás, esse veículo só foi utilizado no transporte. Os setores que usaram caminhão tiveram o uso de carroça reduzido.

Distribuição dos Dias de Serviço por Operações Agrícolas:

O quadro II mostra o uso de braço, veículos, máquinas e animais por operações agrícolas. Como para o algodão, as operações de carpas e colheita absorvem mais de 50% do total de braço usado por alqueire.

Outra operação que no milho é bastante intensa é a limpeza do terreno, que consiste no "desocivamento" pois utiliza em média 5 dias de serviço de camarada.

A adubação no milho utiliza em média por alqueire 0,18 dias de homem, o que atesta a insignificância dessa prática agrícola. Aliás, no algodão também foi pequeno o gasto de braço nessa operação.

O uso de máquina é quase todo devido à aração e à carpa mecânica, representando 73,4% do total gasto, e o de animais, à aração, ao transporte e à carpa mecânica absorvem 84,50 do total gasto.

Confronto Entre Propriedades com Carpa Mecânica e Manual:

No quadro III, pode-se observar as propriedades que executaram uma ou mais carpas mecânicas e as que só fizeram a capina manual. Constata-se uma economia de 6,5 dias de braço por alqueire, quando se aplica a carpa mecânica na cultura. Deve-se ter em mente que a carpa mecânica não elimina a carpa manual pois que as operações de limpeza em volta ao pé da planta só podem ser feitas manualmente.

Entretanto, as propriedades que executaram elevado número de carpas mecânicas não tiveram maior economia nos dias de serviço de ca-

QUADRO II

USO DE BRAÇO, MÁQUINAS, VEÍCULOS E ANIMAIS NA CULTURA
DO MILHO POR OPERAÇÕES AGRÍCOLAS
 (alqueire de 24,200 m²)

<u>OPERAÇÕES</u>	Dias Homens	Dias Animais	Dias(1) Máquinas	Dias Carroça	Dias Caminhão
Limpeza terreno	5,00	-			
Aração	4,57	8,15	4,57	-	
Gradeação	0,95	1,83	0,95	-	
Riscagem	1,04	1,25	1,04	-	
Adubação	0,18	0,08	0,05	0,01	
Semeadura	2,02	0,67	1,11		
Replante	0,20	-	0,02		
Carpa manual	10,26	-	-		
Carpa mecânica	3,53	3,48	3,53		
Desbaste	1,24	-	-		
Ext. formiga	0,33	-	-		
Colheita	8,50	-	-		
Transporte	2,36	9,33	-	2,27	0,09
Empacotamento	1,81	-	-		
Total:(2)	42,00	24,79	11,27	2,28	0,09

(1) Inclusive trator.

(2) Os totais deste quadro não conferem com os do quadro I por serem as médias ponderadas de todas as propriedades.

maradas como pode ser constatado no quadro III. A explicação desse fato é a mesma já detalhada, quando da análise do algodão, ou seja, a necessidade imperiosa de se reter o " braço " na propriedade, a fim de que ele não venha a ser escasso durante a colheita.

Portanto, na época de tratos culturais, uma utilização maior dos empregados é feita, através da carpa mecânica e conseqüentemente de carpa adicional que é sempre manual.

Essas, as práticas e utilizações de diversos agentes de produção na cultura do milho no Estado de São Paulo.

QUADRO III

PROPRIEDADES COM CARPA MECÂNICA

Nº de pro- priedades.	N.º de al- queires.	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias	Total dias homens p/ alq.
		hom.gasto c/carpa mecânica	hom.na car pa mec. alq.	p/ carpa ma- nual.	hom.carpa manual p/ alq.	
54	1.302,70	5.310,50	4,07	11.470	8,80	12,87

PROPRIEDADES SEM CARPA MECÂNICA

Nº de pro- priedades.	Nº de alqueires.	Nº de dias homens.	Nº de dias homens p/ alqueire
24	251,50	4.587	18,24

PROPRIEDADES COM TRÊS OU MAIS CARPAS MECÂNICAS

Nº de proprieda- des.	Nº de alqueires	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias	Total dias homens p/ alq.
		hom.gasto c/carpa mecânica	hom.na car pa mec. alq.	p/ carpa ma- nual.	hom.carpa manual p/ alq.	
18	437,50	1.779	4,06	3.606	8,24	12,30

MERCADOS E PREÇOS

Café: No último mês do ano passado, as exportações brasileiras atingiram 1.435.137 sacas ou, aproximadamente 4,6%, a mais que em novembro. De julho a dezembro inclusive, ou seja no 1º semestre da presente safra, o Brasil exportou 8.120.142 sacas contra 8.930.351 em igual semestre da safra anterior. Apesar da redução verificada no total exportado pelo nosso País, o porto de Santos apresentou nesse período movimento bem superior ao registrado nos primeiros 6 meses da safra anterior. Com efeito, no primeiro semestre da safra 1951/52, Santos exportou 3.776.629 sacas representando 42,29% das exportações brasileiras e em igual período da safra 1952/53 as exportações santistas atingiram 4.393.039 sacas ou cerca de 52% do total exportado pelo Brasil. Os demais portos participaram aproximadamente com as seguintes porcentagens (as cifras entre parêntesis indicam as porcentagens referentes ao primeiro semestre da safra passada): Rio : 19,99 (33,08), Paranaguá 21,36% (16,98), outros portos, 6,48 (7,65). Exportando pouco mais do que o previsto (..... 4.320.000 sacas) pelo regulamento de embarques, Santos recuperou sua posição habitual. O movimento do porto de Rio, declinou muito, tendo sido superado nestes 6 meses por Paranaguá cuja participação passou de 16,98% de julho a dezembro de 1951 para 21,67% em igual período de 1952. Não obstante ter sido bom o movimento de embarques durante dezembro, o mercado de disponível em Santos manteve-se pouco animado. Entre o princípio e o fim do mês, foram as seguintes as modificações ocorridas, nas cotações do produto:

CAFÉ - Cr. \$ por 10 quilos - dezembro

Dias	Disponível	ENTREGAS DIRETAS			
		Estilo Santos tipo 4	Mês presente	Jan/jun 53	Jul/dez 53
1	195,00	197,50	202,00	207,50	208,50
30	195,00	199,00	202,50	211,00	213,50
Dif. -	-	+ 1,50	+ 0,50	+ 3,50	+ 5,00

No interior, o preço médio recebido pelos lavradores, acusou um declínio para o café em coco, em relação ao mês anterior o qual caiu de Cr. \$ 323,40 para Cr. \$ 319,70 por saca de 40 quilos. O café beneficiado acusou ligeiro aumento passando de Cr. \$ 1.052,10 em novembro para Cr. \$ 1.057,10 em dezembro, por saca de 60 quilos.

Algodão: O apagar das luzes de 1952 reservou para os círculos algodoeiros em particular e todo o país em geral, grande movimentação e não pouco nervosismo. Essa situação deveu-se quase que totalmente ao plano de venda do estoque de algodão em mãos do Banco do Brasil S/A. Tal projeto, suscitou grandes divergências nas altas esferas financeiras da

Nação e mesmo em outros setores. Após algumas delongas e muitos debates com a participação da imprensa e das entidades diretamente ligadas aos meigos algodoeiros, foi posto à margem o referido projeto. Continua em estudos portanto, a colocação no exterior de grande estoque da safra de 1951/52. A menos que ocorram grandes modificações na situação algodoeira mundial, a exportação desse estoque exigirá a remoção de muitos obstáculos e o mais provável é que sua solução tenha que girar em torno da " fórmula menos má " ao invés da " melhor fórmula ".

O reflexo dessas atividades fizeram-se sentir prontamente na Bolsa de Mercadorias de São Paulo. No disponível a cotação do tipo "5" que vinha acusando alta, na primeira dezena de dezembro, passou a registrar sucessivas quedas, a partir da 2ª quinzena, encerrando o mês com uma redução de Cr. \$ 47,00 por arroba em relação ao dia 1º.

Entre o início e o fim do mês, foram as seguintes as modificações ocorridas nas cotações do produto:

QUADRO I - Algodão em Pluma - Cr. \$ por quilo
- dezembro -

Dias	Dispon. Tipo 5	T E R M O						
1	314,00	Dias	Mês pre-sente	margem/53				
		1	308,20	317,00				
		30	264,00	265,00				
31	267,00	Dias	Mês pre-sente	mar/53	maio/53	jul/53	out/53	1953
		1	n/o	310,50	258,00	253,50	247,50	-
		31	"	264,00	237,00	234,00	237,00	234,00
dif. 47,00		Cont. "C"	- 14,20	- 52,00				
		Cont. "Nao"	-	46,50	- 21,00	- 19,50	- 10,50	-

Nota: Para efeito de uniformização, a cotação do contrato " nacional " que é dada em quilos, vai indicada em arrobas de 15 quilos.

O mercado a termo permanece com movimento muito reduzido. O contrato nacional, admitido a pregão em maio do ano passado e que permaneceu inativo até dezembro, foi finalmente aberto no dia 12 do referido mês com a negociação de 4 contratos (40 mil quilos). O antigo contrato "C" que deve expirar-se em março próximo, demonstra ainda sinais de relativa vitalidade, tendo mesmo acusado aumento na sua posição em aberto durante os últimos dias do mês.

LEVANTAMENTOS ECONÔMICOS DA SUBDIVISÃO DE ECONOMIA RURAL
PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES
MÊS DE DEZEMBRO DE 1952(+)

POR SETORES AGRÍCOLAS	ARROZ		FEIJÃO MILHO			C A F É		ALGODÃO em CAROÇO	AMENDOIM		MAMONA	BATATA
	Em casca Scs. de 60 Kg	Benef. Scs. de 60Kg	Scs. de 60Kg	Scs. de 60Kg	Em coco Scs. de 40 Kg	Benef. Scs. de 60 Kg	Por arroba	Em casca Scs. de 25 Kg	Por quilo	Scs. de 60 Kg.		
Araçatuba	258,90	389,10	313,30	141,10	315,40	1106,90	-	70,00	2,93	225,00		
Araraquara	271,50	423,00	303,50	136,10	320,00	1111,50	-	110,00	3,20	325,00		
Avaré	282,10	448,00	266,10	126,30	308,50	1012,10	-	100,00	2,78	192,00		
Baurú	257,80	406,50	305,80	144,60	323,10	1053,10	-	76,20	3,64	234,50		
Bebedouro	265,89	422,10	265,00	130,20	318,60	1065,60	-	125,80	3,25	220,00		
Brag. Paulista	282,80	448,30	271,60	217,50	300,00	1041,50	-	-	-	152,50		
Campinas	252,60	404,70	274,90	136,80	310,00	1050,30	-	80,00	-	187,40		
Catanduva	268,40	431,00	295,00	146,40	350,00	1059,60	-	-	3,05	193,90		
Itapetininga	242,80	468,90	246,10	121,70	-	-	-	-	-	256,50		
Jatú	311,90	500,20	320,60	151,00	-	-	-	-	3,20	210,80		
Marília	299,10	440,70	268,20	132,10	320,00	1070,60	-	68,90	2,50	186,40		
Piracicaba	289,20	431,30	277,30	144,50	302,00	1050,00	-	80,00	-	203,30		
Pirassumunga	269,80	419,90	279,00	147,20	345,30	1097,50	-	75,60	-	156,00		
P. Prudente	285,10	464,80	251,90	134,90	320,40	1115,50	-	63,60	2,84	185,90		
Rib. Preto	266,40	408,90	277,70	117,20	311,10	1060,50	-	90,00	3,09	220,00		
S. J. R. Preto	253,20	391,20	314,50	163,50	330,00	1090,00	-	-	-	230,00		
São Paulo	218,50	390,40	283,00	142,10	-	-	-	-	-	231,00		
Taubaté	225,20	381,00	-	160,00	-	-	-	-	-	-		
Preço medio ponderado do Estado em dezembro 52.	266,30	418,60	280,60	139,30	319,70	1067,10	-	73,70	3,01	195,00		
Idem nov. 52	260,10	400,80	253,40	125,40	323,40	1045,20	85,60	74,10	3,12	261,50		
" out. 52	249,10	396,80	238,70	114,90	328,30	1052,10	85,40	75,20	2,90	199,00		
" set. 52	244,60	381,80	230,80	109,30	330,70	1056,60	86,10	76,20	2,88	177,50		
" ago. 52	226,10	357,30	217,10	106,90	329,80	1063,30	85,80	67,20	2,56	170,50		
" jul. 52	204,30	330,50	189,20	100,50	317,90	1070,10	85,80	65,80	2,79	166,80		
" jun. 52	196,10	309,30	180,30	101,20	299,20	1034,70	86,00	62,30	2,82	161,50		
" maio 52	178,50	282,30	179,90	95,50	206,20	1083,10	85,10	59,50	2,61	121,10		
" abril 52	159,00	266,20	240,00	102,70	206,00	1063,40	-	59,50	3,06	128,00		
" março 52	165,10	274,30	209,30	108,50	309,80	1076,50	-	60,20	3,86	107,00		
" fev. 52	181,00	289,60	202,50	109,10	307,60	1071,10	-	61,50	3,96	78,20		
" jan. 52	161,00	258,50	205,40	117,30	307,80	1057,40	-	57,80	3,74	91,60		
" dez. 51	136,20	220,40	177,30	101,10	296,00	1021,80	-	64,20	3,82	83,10		

(*) Dados de 1952 sujeitos a revisão posterior.

SITUAÇÃO DA PECUÁRIA

Pastagens: Devido à falta de chuva durante o mês de dezembro, as pastagens que se encontravam em plena brotação, foram prejudicadas. Como consequência, verificou-se um atraso na engorda do gado de corte. Entretanto, em algumas regiões do Estado, houve uma boa precipitação pluviométrica no fim de dezembro, o que veio atenuar um pouco a situação.

Gado de corte: O preço do gado em geral continua elevado. Em Santa Cruz do Rio Fardo, novilhos de 2 anos e meio, são negociados na base de R\$ 2.000,00. Em São Joaquim da Barra, o mercado de novilhos para recria e de bois de corte anda muito animado, pagando-se aproximadamente R\$ 1.300,00 por bezerros de 1 ano e meio a 2 anos.

A entrada de bois magros e a saída de gado gordo, continuam processando-se normalmente na maioria das invernações.

O estado sanitário dos rebanhos é satisfatório, não tendo sido registradas molestias de importância.

Os abates dos principais frigoríficos durante o mês de dezembro pp. foram:

<u>Frigoríficos:</u>	<u>Boi</u>	<u>Vaca</u>	<u>Vitelo</u>	<u>Total</u>
Wilson	15.425	1.092	15	14.532
Armour	12.652	208	1.439	14.279
Anglo	9.724	2.032	-	11.756
Swift	7.365	712	197	8.274
Matadouro Municipal de Santos ...	3.100	-	8	3.108
Santo Amaro	2.013	8	2	2.023

Total 53.972

Cotejando-se os abates do mês de dezembro com os do mês anterior, verifica-se que houve um substancial aumento de 28.276 cabeças, ou seja, uma elevação aproximada de 47%.

Cotação: (Fornecida pelo Sindicato da Indústria do Frio de São Paulo)

<u>Frigorífico Armour S/A</u>	<u>Frigorífico Wilson do Brasil S/A.</u>
(Preço de compra até 15/1/53, posto frigorífico - por arroba)	
Bois de consumo R\$ 175,00	Novilhos gordos R\$ 175,00
Vacas e torunos gordos 165,00	Vacas e torunos gordos 165,00
Carreiros gordos 165,00	Carreiros gordos 165,00
Gado tipo conserva .. 100,00	Gado tipo conserva .. 110,00
Vitelo gordo (kg) ... 10,00	Vitelo gordo (kg) ... 9,00

Em relação ao mês de dezembro pp., o Frigorífico Armour S/A pagou R\$ 5,00 a menos para o tipo "bois de consumo"; R\$ 9,00 a menos para os tipos "vacas e torunos gordos" e "carreiros gordos"; e R\$ 20,00

a menos para o tipo "gado tipo conserva". Por outro lado, o Frigorífico Wilson do Brasil S/A, pagou 5,00 a mais para o tipo "novilhos gordos" e 1,00 a mais para "vacas, torunos e carneiros gordos"

Gado de Leite: No vale do Magi Guagu, as quotas de torta têm sido retiradas normalmente e estão sendo armazenadas para o próximo período de seca.

Quanto a doenças, não foram registrados casos de importância a não ser em uma criação localizada no município de Santa Cruz das Palmeiras onde se verificou a incidência da Brucelose, que atingiu as 80 cabeças de gado leiteiro, de que se compõe aquela granja.

No vale do Paraíba, nota-se grande interesse na obtenção de reprodutores de pedigree, com a finalidade de melhorar os rebanhos.

Em Caçapava e Pindamonhangaba surgiram casos de "variola", atacando parte do rebanho que foi vendido para o corte.

Val ativa a inseminação artificial na Região Agrícola de Itapetininga, onde foram inseminadas 90 vacas.

Avicultura: Houve uma queda na postura durante este mês, devido ao fato das aves terem iniciado a muda.

Continua a falta dos sub produtos da moagem do trigo, alimentação básica das aves, prejudicando bastante os avicultores de todo o Estado. Devido ao elevado preço das rações balanceadas, alguns criadores passaram a usar apenas milho e farelo de arroz em suas misturas.

Cotação: (Fornecida pela Associação Paulista de Avicultura)

Ovos de granja - caixa de 30 dúzias - média do mês de dezembro

Casca branca	Casca vermelha
Tipo especial 430,00	Tipo especial 460,00
Tipo A 420,00	Tipo A 450,00
Tipo B 410,00	Tipo B 420,00
Tipo C 360,00	Tipo C 370,00

Mercado firme.

Para os ovos de casca branca, houve um aumento de 70,00 para o "tipo especial" e "tipo A"; um aumento de 80,00 para o "tipo B" e um aumento de 60,00 para o "tipo C". Para os de casca vermelha, o aumento foi de 80,00 para o "tipo especial" e para o "tipo A".

Aves: Raça especializada de corte.

a) Galinha	20,00 a 21,00 (quilo vivo)
b) Frango	25,00
Galinha Leghorn	18,00

Mercado firme.

Houve um ligeiro aumento em relação às cotações do mês anterior.

Suínocultura: Em várias regiões do Estado, nota-se certo desânimo por parte dos Suínocultores devido ao elevado preço do milho e dificuldades em conseguir outro alimento.

Quanto a molestias foram registrados focos de peste suína em Avare e Piraju. O rebanho suíno de Capivari diminuiu bastante, pois os criadores, temerosos com o aparecimento da doença, venderam

continua na pg. 9

Importação de Cabotagem pelo Porto de Santos, em 1952
(toneladas)

PRODUTOS	Janeiro		PRODUTOS	Janeiro	
	a novembro	dezembro(*)		a novembro	dezembro (*)
ADUBOS			Batata	408	-
Adubos	2.326	45	Cacau	709	84
BEBIDAS			Café	-	-
Aguardente	1.732	55	Cerne	1.394	234
Vinho de mesa	22.620	4.533	Cerpa de porco	620	75
Outras bebidas	157	2	Castanha	108	4
CEREAIS			Cebola	18.880	395
Arroz	62.570	6.190	Côco	3.700	394
Aveia	118	8	Côco ralado	686	3
Cevada	1.982	21	Condimentos	321	24
Milho	30	-	Conservas	5.620	397
PRODUTOS ANIMAIS			Doços	394	57
Cêra de abelhas	141	2	Extrato tomate	3.713	239
Crina	805	69	Farinhas alim.	3	-
Felca	322	18	Farinha de mandioca	3.447	4.471
DIVERSOS			Fécula de mandioca	1.182	54
Fumo em folhas	6.397	147	Feijão	917	6
FIBRAS E FIOS			Leite de côco	403	31
Algodão	16.046	1.920	Lentilha	144	130
Carão	2.038	8	Feixe	873	146
Côco	28	4	Pimenta	51	2
Juta	9.173	138	Sal	203.636	5.923
Lã	4.681	262	Tapioca	36	-
Malva	2.814	75	MADEIRAS		
Faina	53	8	Canela	1.486	131
Plaçaba	652	45	Cedro	1.575	63
Sisal	4.093	263	Embuia	1.185	66
Uacima	282	4	Freijó	237	-
Fios de algodão	20	-	Feroba	1.180	367
Fios de côco	-	-	Pinho	26.891	2.484
ÓLEOS E GORDURAS VEGETAIS			Sucupira	378	40
Cêra de carnauba	70	-	Madeira n.e.	18.254	226
Cêra de ouricuri	48	16	PROD. DE HERVANARIA E SEMENTES		
Manteiga de cacau	594	39	Alpiste	988	8
Óleo de babaçu	2.017	278	Babaçu	10.558	1.622
Óleo de caroço de algodão	4.041	1.096	Guarana	137	1
Óleo de côco	218	-	Gergelim	87	9
Óleo de linhaça	3.751	153	Ouricuri	121	-
Óleo de oiticica	150	-	Semente de ucuúba	527	-
Óleo de sassafraz	39	-	RESÍDUOS E TORTAS		
Óleo de tungue	15	-	Resíduos de algodão	1.114	126
Óleo de umbaba	-	-	Torta de cacau	414	12
Sebo de ucuúba	262	12	Tortas n.e.	-	-
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS			FRIGO E FARINHA TRIGO		
Açúcar	88.772	7.513	Farinha de trigo	5.292	3.219
Banha	5.262	365	Trigo em grão	18.673	901

Quadro elaborado pela Subdivisão de Economia Rural, com dados do "Diário do Comércio" da Associação Comercial de São Paulo.

(*) Dados suscetíveis de aumento.

Importação do Exterior pelo Porto de Santos, em 1952
(toneladas)

PRODUTOS	janeiro a novembro	dezembro(*)	PRODUTOS	janeiro a novembro	dezembro (*)
ADUBOS					
Cloreto de potássio	5.053	-	Damasco	36	-
Fosfato	13.738	300	Ervilha	370	-
Salitre do Chile	17.866	-	Extrato tomate	-	-
Sulfato de amônio	3.853	391	Figo seco	425	48
Sulfato de potássio	1.084	-	Grão de bico	588	-
Superfosfato	42.094	2.872	Leite em pó	3.986	231
Hiperfosfato	-	-	Lentilha	-	-
Adubo químico n.e.	40.052	4.681	Maçã	24.830	1.673
ARAMES E GRAMPOS			Malte	6.327	614
Arame farpado	14.836	2.459	Malte cevada	809	59
Grampos p/ cerca	1.157	23	Melão fresco	237	-
BEBIDAS			Moz em casca	663	184
Aguardente	123	-	Peixe	380	-
Champanha	161	136	Pera	11.759	424
Uisques	563	14	Peru congelado	28	20
Vinho de mesa	5.540	381	Pêssego fresco	106	4
Outras bebidas	867	19	Pimenta em grão	303	24
FERRAMENTAS			Queijo	2	-
Enxadas	7	-	Tâmara	120	19
Foice	91	-	Uva fresca	5.979	225
Machados	438	10	Uva passa	605	669
FIBRAS E FIOS			ÓLEOS E GORD. VEGETAIS		
Fibra cânhamo	150	-	Assite de Oliva	2.230	112
Fibra linho	146	10	Óleo de pinho	61	-
Fios algodão	321	-	MÁQUINAS		
Fios cânhamo	37	-	Tratores e pertences	14.229	236
Fios lã	264	-	PRODUTOS DE HEBVANARIA E SEMENTES		
Fios linho	2.932	126	Alpiste	854	240
Fios raion	223	-	Jarina	-	-
Juta	10.036	384	Lúpulo	488	33
Lã	3.156	168	Falha de Guiné	1.244	81
GRÊSOS ALIMENTÍCIOS			Semente de flores	21	-
Alho	1.246	42	Semente de hortaliças	7	2
Ameixa fresca	681	46	PRODUTOS QUÍMICOS		
Ameixa seca	231	30	D.D.T. em pó	2.071	59
Amêndoa	273	101	Fungicidas	121	-
Anchova	218	2	Hexacloreto benzeno	1.195	-
Ascitona	4.918	141	Inseticidas	9.357	520
Avóia	5.148	-	Óleos essenciais	15	-
Avolã	119	11	TRIGO E FARINHA TRIGO		
Bacalhau	12.482	1.815	Farinha de trigo	28.225	4.667
Batata (s. sementes)	1.312	2.059	Trigo em grão	397.207	67.147
Canela	158	7			
Castanha	99	487			
Cevada	17.135	-			
Cravo	-	-			

Quadro elaborado pela Subdivisão de Economia Rural, com dados do "Diário do Comércio" da Associação Comercial de São Paulo

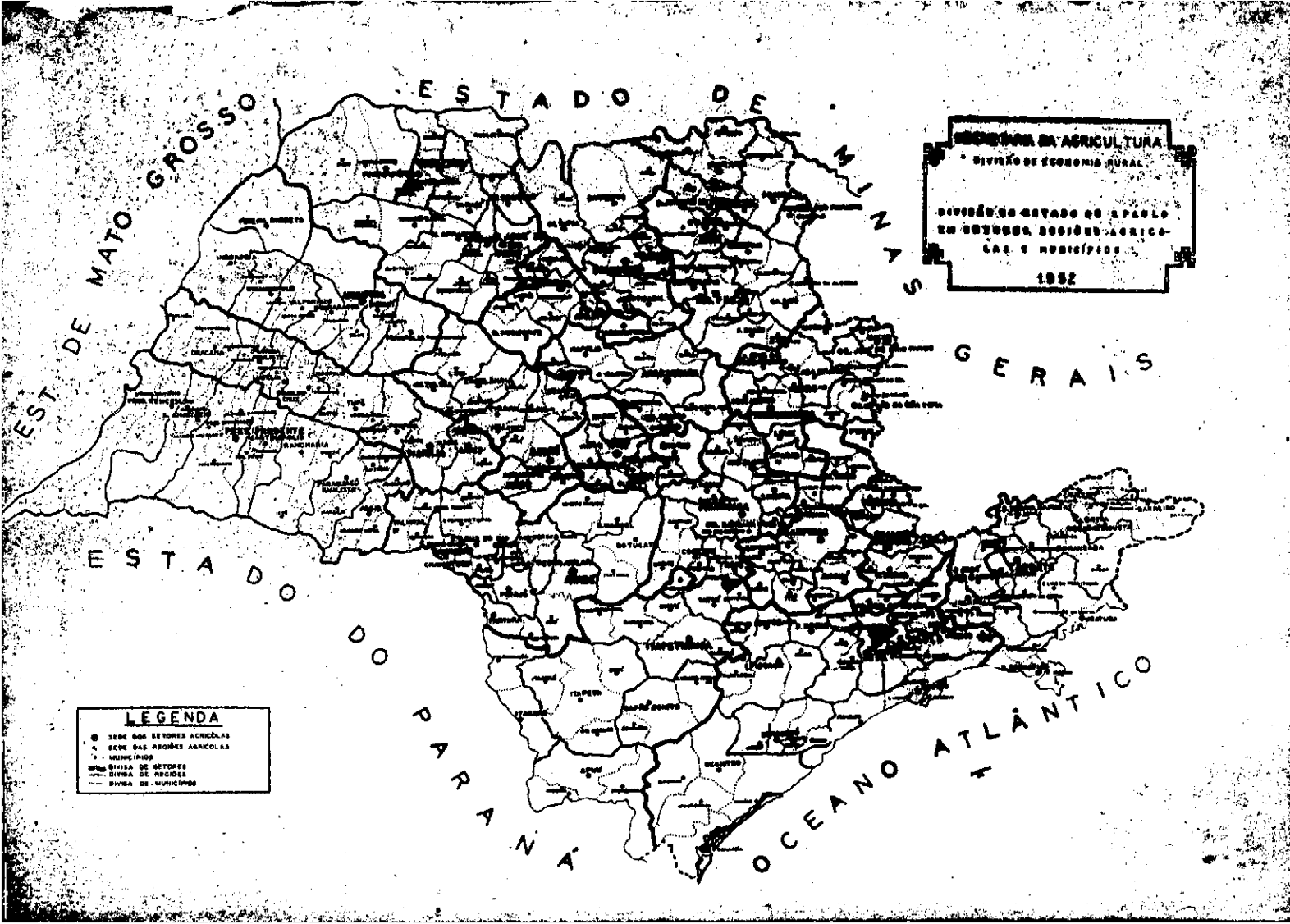
(*) Dados suscetíveis de aumento.

Exportação Para o Estrangeiro Pelo Porto de Santos, em 1952
(toneladas)

3

Produtos	janeiro outubro	novembro	dezembro
1- Café (sacas de 60 Kgs)	6.920.607	617.505	696.172
2- Algodão em rama	25.144	754	...
Algodão "Linter"	18.285	2.141	...
Resíduos de algodão	1.445	354	...
Piolho de algodão	-	-	...
3- Milho	25.460	-	...
Arroz	8.027	-	-
Fragmentos de arroz	11.843	-	-
Amendoim em casca	323	86	28
Amendoim desossado	605	-	-
Mamona	2.512	-	3.681
Chá	104	120	-
Fécula de mandioca	2.038	45	5
Óleo de limão	25	1	-
Erva Mate	1.333	30	-
Laranja (caixas)	103.830	-	-
Banana (cachos)	9.315.305	618.555	926.081
4- Banana Flakes	110	42	...
Bambu	70	2	...
Cafeína	17	-	...
Cacau	1	-	...
Carne em conserva	-	-	...
Carne salgada	-	-	...
Cola de ossos	-	-	...
Cera de carnaúba	-	-	...
Cera de abelhas	-	-	...
Couros curtidos	-	-	...
Couros de porco curtidos	-	-	...
Couros salgados e secos	3.928	798	...
Crina animal	106	8	...
Farinha de chifres e ossos	617	107	...
Farinha de sangue	81	-	...
Farelo de amendoim	3.100	-	...
Farelo de babaçu	-	-	...
Farelo de gergelim	453	-	...
Fios de algodão	2.875	-	...
Fumo em folhas	12	-	...
Glandulas congeladas	86	10	...
Medeiras	79	-	...
Manteiga de cacau	70	-	...
Mentol	230	11	...
Óleo de amendoim	-	-	...
Óleo de eucalipto	3	-	...
Óleo de hortelã	79	7	...
Óleo de mamona	5.108	730	...
Óleo de sassafraz	51	-	...
Óleo de tungue	754	-	...
Osecos	484	-	...
Peles silvestres	105	31	...
Resíduos de fiação	43	51	...
Resíduos de raion	114	-	...
Sangue seco	988	282	...
Tecidos de algodão	21	-	...
Torta de algodão	241	-	...

Fontes: (1) Divisão de Economia Cafeteira
(2) L.Figueiredo S/A
(3) Divisão de Economia Rural
(4) Associação Comercial de Santos.



SECRETARIA DA AGRICULTURA
 DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

SECRETARIA DE ESTADO DO PARANÁ
 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA -
 CENSO DE MUNICÍPIOS -
 1952

LEGENDA

- SEDE DAS REGIÕES AGRÍCOLAS
- ▲ SEDE DAS REGIÕES AGRÍCOLAS
- MUNICÍPIOS
- ▭ DIVISÃO DE SETORES
- ▭ DIVISÃO DE REGIÕES
- ▭ DIVISÃO DE MUNICÍPIOS